

REFLEXÕES SOBRE A EMPATIA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

2013

Zoraide Margaret Bezerra Lins

Professora Associada I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
Doutora em Psicologia Social (UFPB), Mestre em Saúde Pública (UFPB),
Graduada em Psicologia Clínica e em Enfermagem

Samuel Lincoln Bezerra Lins

Doutorando em Psicologia da Universidade do Porto – Portugal.
Mestre em Psicologia Social, Graduado em Psicologia e Administração (UFPB – Brasil)

Maria de Fátima Oliveira Coutinho da Silva

Professora Adjunto IV, da Universidade Federal da Paraíba, Brasil,
Doutoranda em Psicologia Social. Mestre em Saúde Pública, Graduada em Enfermagem

E-mail:

zoraidelins@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo consiste numa revisão de literatura que tem como objetivo apresentar algumas concepções sobre a empatia e o comportamento de ajuda, evidenciados nas interações sociais entre as pessoas. São apresentados alguns conceitos no âmbito da Psicologia Social, com ênfase no que diz respeito ao desenvolvimento humano nos primeiros anos de vida da criança.

Palavras-chave: Empatia, desenvolvimento humano



1. CONCEITOS

A empatia segundo Hoffman (1981) é a resposta afetiva vicária a outras pessoas, ou seja, uma resposta afetiva apropriada à situação de outra pessoa, e não à própria situação, a empatia tem uma resposta humana universal, comprovada fisiologicamente, podendo ser considerada como causa do comportamento altruísta.

Em seus estudos, Mac Lean (1967) considerando as bases fisiológicas da empatia, sugere que o sistema límbico, uma das partes mais antigas do nosso cérebro, e suas conexões com o córtex pré-frontal estariam envolvidas na empatia, proporcionando aos homens a capacidade de se colocar no lugar dos outros e “sentir o que eles podem estar sentindo”. Dessa forma, uma empatia primitiva estaria presente desde cedo na evolução humana, com a aquisição de novas estruturas cerebrais e circuitos neurais, acrescentou-se a empatia uma forma de cognição, de tal forma, que pode ser experienciada em conjunto com uma consciência social mais desenvolvida, podendo ser ativada pela visão da expressão facial da mesma emoção, fenômeno descrito como contágio emocional.

A empatia é geralmente concebida como, um fenômeno que propicia ao sujeito “colocar-se no lugar do outro”, “sentir o que o outro sente, na perspectiva do outro”, é apresentada como “uma resposta de uma pessoa ao estado afetivo de outra”, não é um comportamento observável de ‘per se’, e sim um estado inferido a partir de evidências indiretas, tais como a orientação de um comportamento para um objetivo, suas conseqüências, a consistência de certas relações estabelecidas em certo intervalo de tempo e a natureza das reações dos parceiros ao comportamento do outro (Bussab, Pedrosa e Carvalho, 2007).

Hoffman (1981, 1990) cita dois tipos de ativação empática que têm características de resposta comuns a toda espécie. O primeiro tipo é a imitação de outras pessoas pelos observadores, com movimentos posturais e de expressão facial que, quando produzidos criam no indivíduo, indicadores internos que contribuem para compreender e sentir a emoção, em si próprio. O segundo modo empático é feito por indicadores de dor ou prazer do outro, que fazem associações com sensações já experienciadas pelo observador, resultando numa reação afetiva empática, que é involuntária e praticamente automática. Sendo assim, propõe que ajudar deve evocar uma resposta empática de aflição, contribuindo para que a resposta empática de aflição favoreça o comportamento de ajuda, diminuindo de intensidade depois dessa ação ou pode continuar ativada caso o comportamento de ajuda não tenha sido oferecido.

A existência de empatia anterior ao comportamento de ajuda é evidenciada pelos experimentos de Geer e Jarnecky (1973), onde foram observados, que quanto maiores os sinais de dores de uma vítima, mais alto o nível de ativação empática e a velocidade com que o

observador presta a ajuda. Na medida em que as sociedades tornaram-se complexas, o reconhecimento de parentesco e a avaliação custo/benefício anterior ao comportamento de ajuda ficaram confusos para diferenciar parentes e não-parentes, nesse novo ambiente os indivíduos podem usar a similaridade entre si e os outros como um modo alternativo de ajustamento inclusivo. A empatia é um estado interno e complexo, implicando formas de: comunicação, reconhecimento, entendimento, simpatia, concordância, reciprocidade, podendo ser verificada através de inferências e julgada através de evidências indiretas. Waal (2008) considera que a cooperação entre humanos é geralmente motivada pela empatia seguindo-se de um sentimento de satisfação o comportamento de “doar ao outro” em oposição a “recompensar a si mesmo”.

No campo da Psicologia Social, Palmieri e Branco (2004) enfatiza que o nível estrutural e contextual na promoção dos diversos processos de interação ou formas de participação no grupo, propondo a existência de dois níveis articulados de análise: o da estrutura e o da subjetividade, sendo a cooperação como o contexto interativo em que as ações de um participante favorecem o alcance do objetivo de ambos, e a competição caracterizada como a busca de objetivos mutuamente exclusivos, ou seja, quanto mais um indivíduo se aproxima de seu objetivo, mais o outro se afasta da possibilidade de alcançar o seu. Situações cooperativas ou competitivas se encontram em consonância com objetivos expressos nas interações em diferentes perspectivas e dimensões, ou seja, a estrutura favorece motivações individuais subjetivas a ela semelhantes (nível da subjetividade). Isto significa que contextos cooperativos tendem a facilitar ou promover dinâmicas interacionais cooperativas, mas não necessariamente porque as pessoas podem interagir em desacordo com as regras do jogo, se em termos de motivação pessoal estiverem orientadas em outra direção. Destaca que normas e regras de natureza cooperativa e competitiva estabelecidas por um grupo social podem ser estruturadas dentro de um único contexto complexo, o qual organiza diferentes situações de relacionamento entre os indivíduos. Este seria o caso, por exemplo, da cooperação intragrupo associada à competição intergrupo, contribuindo particularmente para chamar a atenção da importância do contexto com suas regras e expectativas sociais.

Palmieri e Branco (2004) também chamam a atenção para o fenômeno da motivação, que precisa ser analisado e entendido em sua conexão com o contexto sócio-cultural, superando as tradições da psicologia social (que, mais modernamente valoriza o contexto) e da psicologia do desenvolvimento clássica (Freud e Piaget, que valorizam particularmente o sujeito e seus motivos pessoais).

É fundamental destacar a ideia de interdependência pessoa-contexto, às articulações e relações dialógicas e complexas entre as partes envolvidas devem ser vistas de forma integrada e sistêmica, observando os diversos aspectos do desenvolvimento de valores e da dinâmica das interações, em virtude do conjunto de experiências vivenciadas pelo sujeito nos múltiplos espaços sociais dos quais ele participa. (Palmieri & Branco 2004)

Partindo da premissa de que o universo motivacional do sujeito envolve crenças, valores e orientações para objetivo que sustentam suas ações nas interações com outras pessoas, dependendo da disposição motivacional do sujeito e do contexto em que se insere, a probabilidade de ações cooperativas, competitivas e/ou individualistas se alteram de forma significativa. É nesse sentido que a importância da motivação social, como fenômeno relevante, deve ser estudada, devido à sua centralidade com relação ao desenvolvimento da personalidade, dos processos de identidade e das conseqüências sociais em termos da co-construção entre sujeito e cultura, indivíduo e sociedade, polaridades que precisam ser concebidas como um sistema holístico a definir-se de forma dinâmica e contínua ao longo do tempo (Magnusson, 1995).

Dessa forma, a motivação social pode ser definida, segundo Palmieri & Branco (2004, p. 44), como, “o conjunto dinâmico e hierarquizado de crenças, valores, metas e objetivos associados a diferentes padrões de interação social relacionados a prática da cooperação, competição e individualismo em um contexto sócio-cultural determinado.” É o caráter dinâmico e dialógico que caracteriza o domínio da motivação social que precisa ser sempre considerado, expressando a necessidade de não se reduzir as explicações relativas às diversas formas de participação social à princípios exclusivamente individualistas ou coletivistas. A noção de sistemas classificatórios, muitas vezes encontrada na literatura é puramente descritiva, sendo incompatível com o estudo da motivação social no contexto de uma orientação sócio-cultural construtivista, uma vez que esta não adota categorias universais e estáveis na explicação dos fenômenos desenvolvimentais. A princípio, lidar com dualidades ou dicotomias pode representar um caminho viável para a reflexão dos aspectos envolvidos no estudo da motivação social, auxiliando-nos até mesmo a melhor compreender a natureza da relação que se configura em diferentes momentos e situações ligadas a vida motivacional do sujeito.

2. O DESENVOLVIMENTO DA EMPATIA

Cada pessoa organiza seu universo motivacional de forma subjetiva e original, através de processos intencionais (mais associados à cognição e à linguagem), e não intencionais, (mais associados à dimensão do afeto e das emoções), ocorrendo na medida em que, cada um vivencia novas experiências em contextos sucessivos. O sistema motivacional do indivíduo está constantemente sendo construído e reconstruído, em função de suas orientações para objetivos, crenças e valores, sendo a pessoa freqüentemente motivada por um amplo conjunto de metas e valores que vão definindo prioridades específicas que se modificam no fluxo das relações entre a pessoa e o contexto. Portanto, pode-se dizer que o sistema motivacional da pessoa envolve orientações para crenças, valores e objetivos individuais, que acabam por participar ativamente

na promoção de padrões de interação social específicos, como a cooperação, competição e individualismo (Palmieri e Branco, 2004; Branco e Valsiner, 1997; Edwards, 1991).

Branco e Valsiner (1997) também referem a importância dos processos de negociação, exemplificando como processos interativos divergentes (incompatibilidade de objetivos), podem de fato, se transformar em padrões de interação convergente (compatibilidade de objetivos). Sendo mais um exemplo da complexidade que envolve o estudo da motivação social e dos padrões interacionais relativos ao fenômeno da cooperação, competição e individualismo, e convida a psicologia a encarar de forma igualmente complexa a questão.

De acordo com Palmieri e Branco (2004), na psicologia do desenvolvimento humano, a discussão teórica e conceitual da cooperação e competição vem sendo considerada no nível das ações ou comportamentos observáveis, isto é, estudos têm sido realizados para investigar a ocorrência de comportamentos caracterizados como pró ou anti-sociais. Referem ainda que para a maioria dos autores, comportamentos pró-sociais são aqueles que representam ações ou atividades consideradas como socialmente positivas, visando atender às necessidades e ao bem-estar de outras pessoas, como, por exemplo, o altruísmo, a generosidade, a cooperação, os sentimentos de empatia e simpatia.

Por outro lado, comportamentos anti-sociais incluem ações ou atividades consideradas como socialmente negativas voltadas à destruição ou ao prejuízo de outras pessoas, e relacionadas a comportamentos egoístas, competitivos, hostis e agressivos. Verificando tópicos importantes relativos à cooperação e à competição, os estudos no âmbito da psicologia do desenvolvimento também associam o nível de análise comportamental a uma dimensão motivacional e de caráter valorativo (Edwards, 1991; Radke-Yarrow & Zahn-Waxler, 1991; Staub, 1989, 1991; Hoffman, 1990; Eisenberg & Mussen, 1989).

Eisenberg & Mussen (1989) ressaltam diferenças conceituais ao tratar as subcategorias do comportamento pró-social, categoria mais ampla que inclui, tanto ações altruístas como ações motivadas por interesses específicos, por parte daquele que beneficia o outro social, destaca o altruísmo como um construto que se caracteriza pela presença de um elemento motivacional interno, quando o indivíduo é motivado a atuar de forma voluntária visando o benefício de outras pessoas, sem a perspectiva aparente de ganhos pessoais, exceto da auto-recompensa.

Edwards (1991) refere que, a cooperação e a competição constituem aspectos de um mesmo fenômeno relacional, dependendo do contexto e do valor adaptativo de cada tipo de ação ambos os comportamentos estão a serviço de objetivos individuais que vão sendo constituídos em contextos grupais determinados, ora favorecem a cooperação, ora a competição. Levando a se pensar que o indivíduo estará sempre maximizando suas possibilidades de adaptação ao ambiente, caracterizado por uma cultura ou situação específica.

Sendo assim, a vivência de situações cooperativas pode favorecer a expressão de comportamentos de natureza pró-social, conduzindo o indivíduo a se relacionar positivamente em relação às necessidades e bem-estar de outras pessoas, da mesma forma que contextos competitivos convidam os indivíduos à hostilidade e à agressão (Mead, 1937; Radke-Yarrow & Zahn-Waxler, 1991).

3. A EMPATIA E O DESENVOLVIMENTO

De acordo com Bussab (2003), estudos sobre o desenvolvimento inicial na vida do indivíduo têm sido decisivos, desde o nascimento o ser humano apresenta inclinações para a regulação social, referenciamento no outro, compartilhamentos e formação de vínculos afetivos. Dizer que as crianças nascem “prontas para aprender” ainda é muito pouco, diante da complexidade do processo de assimilação ativa do mundo social e afetivamente referido à sua volta, pode-se dizer que crianças nascem prontas para apreender e compartilhar.

Bussab, Pedrosa e Carvalho (2007) comentam que, é significativa a capacidade dos bebês de reagir diferencialmente aos sinais interacionais do adulto, o contato, o olhar e a fala afetuosa podem despertar sorrisos como reação positiva na criança, bem como aumentam o envolvimento interacional do bebê, que abre mais os olhos e coloca-se em estado de alerta; mesmo os recém-nascidos pré-termo já apresentam esse padrão básico de reação para o contato face a face e para a fala materna. O colo aquieta e organiza, a cadência da fala sincroniza o ritmo comportamental do bebê, que se movimenta embalado pela musicalidade da vocalização ouvida, (Bergamasco, 1997; Otta, 1994; Eckerman, Oehler, Medvin & Hannan, 1994; Klaus & Kennel, 1992).

Sendo assim, seguindo as pistas fornecidas pelas reações de prazer e desprazer, podemos descobrir a importância das interações sociais e da regulação recíproca desde o início do desenvolvimento; as emoções básicas de alegria, interesse, tristeza e raiva aparecem de modo típico e universal, associadas respectivamente à manutenção, às quebras e aos excessos interacionais. A busca de referenciamento social também é notável em qualquer tipo de situação nova, o bebê procura informações no outro, de preferência nas pessoas conhecidas, às quais esteja ligado afetivamente. Um bebê de dois meses reage a um estranho desviando o olhar, inquietando-se e olhando nos olhos da mãe como se estivesse em busca de informações. A utilização da mãe como uma base de segurança tranquiliza, informa e permite a partir daí uma exploração mais direta do estranho pela própria criança, caso a reação da mãe seja amistosa. (Bergamasco, 1997; Mizukami, Kobayashi, Ishii & Iwata, 1990).

Bussab, Pedrosa e Carvalho (2007) ainda referem que, a aproximação entre aspectos sociais, afetivos e cognitivos tem sido promovida, com ênfase na compreensão do desenvolvimento cultural. As interações mãe-bebê, ou mais genericamente cuidador-bebê, que

têm sido vistas como produto de uma série de transformações resultantes da evolução da espécie e da ontogênese dos indivíduos, podem ser compreendidas como constituindo a via inicial de inserção do bebê na cultura, criando o nicho em que se regulam, em termos de limite e de facilitação, as características peculiares de cada criança, assim como as características que ela compartilha com os demais membros do seu grupo e da sua espécie. Assim, o contexto interpessoal em que se dá o desenvolvimento serve para reiterar a sua importância e confirmar seu sentido: o recorte fundamental do mundo pelo bebê – o núcleo de seu “ambiente natural” – e o outro; em sua agenda, o item principal é o encontro. É com o outro, e através dele, que se constitui o eu.

Fazendo referência a Wallon (1934/1971b), que ao discutir os primórdios do processo de diferenciação eu-outro, diz que, ao assistir a uma cena diretamente, a criança pequena se impregna ou se contagia com disposições afetivas dos personagens. Tais disposições afetivas não se justificam nela própria, porque o aspecto associado àquela disposição do outro não a atingiu a não ser por contágio, e isso instiga um sentimento de certa diferença entre ela e o outro. Essa diferenciação eu-outro é um estado de confusão parcial, tem avanços e retrocessos – como, ocorre ao longo de toda a vida humana, e que a noção eu-outro é fundamental na experiência humana “o eu é... um ponto de convergência e de integração para as características que me definem, a cor dos olhos, a altura, a formação profissional, o que estou pensando agora, o conjunto de minhas lembranças, entre outras.” (Ades, 1998, p. 123)

Ades (1998) considera o eu, não como um somatório de experiências ou percepções que vão acontecendo no dia-a-dia do sujeito, mas como uma classe à qual pertencem essas experiências e percepções. Sendo um conceito que se modifica a partir de novas informações que o sujeito adquire, por constatação direta, observações introspectivas ou observações de seus aspectos externos, através do outro, do seu olhar ou sua opinião.

Wallon (1986), também refere que a noção do eu-outro, pode se formar na criança, no início da sua vida quando ela ainda encontra-se num estado de fusão com os outros, através de outro íntimo, inicia-se um processo de diferenciação. A sua explicação para esse processo é resumida por Zazzo (1978, p. 49), “entre o eu e os outros, a relação estabelece-se por intermédio do outro que cada um traz consigo.”

De acordo com Bussab (2003) o conceito de intersubjetividade tem aparecido, implícita ou explicitamente, como um denominador comum nos estudos do envolvimento interpessoal de crianças pequenas e da compreensão que elas têm dos pensamentos e sentimentos dos outros. Diferentes significados têm sido atribuídos ao conceito, que refletem as ênfases em seus aspectos afetivo-emocionais ou aspectos cognitivos. Sobre os aspectos emocionais o fenômeno tem sido entendido, como o de comunhão entre pessoas, que se ligam e se ajustam aos estados e expressões emotivas uma das outras. Nos aspectos cognitivos da intersubjetividade, destaca a atenção convergente a objetos de referência, num domínio partilhado de conversação linguística

ou extralingüística, e que num contexto interacional desse tipo, compartilha de atenção e compartilhamento emocional, a palavra parece se encaixar como uma luva.

Trevarthen (1984), foi um dos primeiros a chamar a atenção para a precocidade da “intersubjetividade primária”, uma ligação motivada sujeito-sujeito, que caracteriza a proto-conversaçoão no início do desenvolvimento, os bebês são notavelmente sensíveis à qualidade da interação de um parceiro adulto e parecem apreender o significado pessoal de diferentes formas de engajamento. Suas respostas às disrupções do comportamento materno parecem ser formas complementares de adaptação, que têm papel regulador, tanto na própria experiência, permitindo tentativas de obter a atenção do parceiro, ou no limite, mudança do foco de interesse e proteção de frustração, quanto na do parceiro que tem oportunidade de perceber as necessidades da criança. O desenvolvimento subsequente incluindo aspectos afetivos, emocionais e cognitivos, parece depender em parte de experiências de manutenção de atenção interacional nas trocas com o adulto cuidador (Bussab, Pedrosa e Carvalho, 2007).

Numa situação em que um adulto e um bebê estão engajados numa interação, sincronizados no mesmo ritmo, contagiados pela mesma emoção e compartilhando o foco da atenção num mesmo evento, a emissão por parte de um adulto de uma palavra referente a tal evento se preenche de pronto com um conteúdo interacionalmente significativo, com um conteúdo vivido. Não é de estranhar que o papel da intersubjetividade venha sendo reconhecido como crucial no desenvolvimento da linguagem (Tomasello, 2003), trata-se de uma intersubjetividade triangular também chamada secundária, no sentido de envolver relações sujeito-objeto-sujeito, num mundo partilhado de referência e manipulação de objetos, análises minuciosas da interação mãe bebê têm referendado essa idéia (Lyra & Souza, 2003).

Para Rommetveit (1998), as trocas intersubjetivas envolvem um tipo especial de prazer, os estados de intersubjetividade a dois são buscados pelas crianças pequenas, por si mesmas, pela compreensão e pelo compartilhamento, diante de padrões intrinsecamente motivados. Novamente, essa motivação social elementar acompanha a pessoa por toda a sua vida, modelos cognitivistas e individualistas tendem a negligenciar essa interface entre a mente humana individual e seu habitat sócio-cultural, o foco no ajustamento intersubjetivo emocionalmente regulado contrasta com focos estritamente cognitivos.

Bussab, Pedrosa e Carvalho (2007) consideram apropriada a posição de Trevarthen (1998), que recentemente retomou a questão destacando a intersubjetividade emocional como precedente e inseparável da intersubjetividade intelectual, que embora não use o termo “intersubjetividade”, Tomasello (2003) indica a capacidade de assumir a perspectiva mental do outro como uma característica básica selecionada no processo da evolução humana, pode ser entendida como a chave sócio-cognitiva da cultura. Esse traço garante a participação do indivíduo na coletividade. Por sua vez, crianças hipoteticamente criadas em isolamento, se sobrevivessem, não poderiam usufruir dessa sabedoria, seja com o foco na emoção ou na cognição, ao acompanhar o bebê em

crescimento, os novos marcos típicos do desenvolvimento da criança, também estão associados às questões intersubjetivas, peculiarmente humanas.

Quando o foco do aspecto cognitivo se desloca para o aspecto afetivo-emocional o fenômeno da empatia passa a fazer sentido e tornar-se reconhecível na criança pequena. Plutchik (1990) considera que as emoções são mecanismos comunicativos que todos os organismos usam no esforço de sobrevivência; considera a empatia, “um tipo de processo de indução onde as emoções positivas e negativas são compartilhadas, aumentando as chances de ocorrerem comportamentos similares nos participantes. Assim dois indivíduos podem compartilhar sentimentos de medo, de afeição ou de hostilidade” (p. 43). Pode-se conceber a empatia como um componente de sinalização ou comunicação afetiva, acionado por uma diversidade de manifestações observadas em várias espécies animais e que “A essência da resposta empática é a comunicação de um estado emocional de um organismo para o outro” (p. 40).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que assegura os primórdios das relações sociais entre os indivíduos é o caráter contagioso das manifestações afetivas, cuja função parece ser a de exercer uma ação sobre o outro, de provocar harmonia de reação e de impulso, ou comportamentos análogos, a mímica, o modo de expressão da pessoa, é considerada “a função postural apropriada às necessidades das relações afetivas entre indivíduos” (Wallon, 1934/1971a, p. 228), para Pedrosa, (1996) é por meio da mímica que a criança ajusta as suas disposições às dos seus parceiros, reconhecendo a si nos outros e os outros em si própria.

Portanto a empatia se manifesta no ser humano desde o seu nascimento, a capacidade do bebê reagir a sinais interacionais é inquestionável, faz parte dos atributos do ser humano. A empatia parece se concentrar num universo mais delimitado de fenômenos, como a ajuda, o consolo, a solidariedade e “comportamentos pró-sociais”. A intersubjetividade por sua vez, refere-se a um fenômeno mais geral, subjacente a toda interação e comunicação humana, nesse sentido, pode-se pensar a empatia como uma de suas manifestações, e a intersubjetividade como aquilo que a possibilita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ades, C. (1998). A mirror for the self. *Ciência e Cultura*, 50, 123-128.
- Bergamasco, N. (1997). Expressão facial como acesso à consciência do recém-nascido. *Psicologia USP*, 8 (2), 275-286.
- Branco, A. & Valsiner, J. (1997). Changing methodologies: A co-constructivist study of goal orientation in social interaction. *Psychology and Developing Societies*, 9, 35-64.
- Bussab, V. (2003). Afetividade e interação social em crianças: abordagem psicoetológica. Tese de Livre Docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bussab, V., Pedrosa, M. I., & Carvalho, A. (2007). Encontros com o outro: empatia e intersubjetividade no primeiro ano de vida. *Psicologia USP* 18, 99-132.
- Eckerman, C., Oehler, J. M., Medvin, M. B., & Hannan, T. E. (1994). Premature newborns as social partners before term age. *Infant Behavior and Development*, 17, 55-70.
- Edwards, J. (1991). Cooperation and competition: Two sides of the same coin? *The Irish Journal of Psychology*, 12, 76-82.
- Eisenberg, N. & Mussen, P. H. (1989). *The roots of prosocial behavior in children*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Geer, J. & Jarnecky, L. (1973). The effect of being responsible for reducing another's pain on subjects' response and arousal. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 232-237.
- Hoffman, M. (1990). The contribution of empathy to justice and moral judgment. Em N. Eisenberg & J. Strayer (Orgs.), *Empathy and its development* (47-80). Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Hoffman, M. (1981). Is altruism part of human nature? *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 121-137.
- Klaus, H., & Kennell, J. (1992). *Pais/bebê: a formação do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Lyra, M. C. D. P. & Souza, M. (2003). Dynamics of dialogue and emergence of self in early communication. Em Josephs, I. (Org.), *Dialogicality in development*. Vol. 5. *Advances in Child Development Culturally Structured Environments* (51-68). Westport: Praeger Publishers.

Mac Lean, P. (1967). The brain in relation to empathy and medical education. *The Journal nervous and mental disease*. 144 (5), 374-384

Magnusson, D. (1995). Individual development: A holistic, integrated model. Em P. Moen, G. H. Elder & K. Luscher (Orgs.), *Linking lives and contexts: Perspectives on the ecology of human development* (51-73). Cambridge: Cambridge University Press.

Mead, G. (1937). *Cooperation and competition among primitive people*. New York, NY: McGraw-Hill.

Mizukami, K., Kobayashi, N., Ishii, T., & Iwata, H. (1990). First selective attachment begins in early infancy. A study using telethermography. *Infant Behavior and Development*, 14 (3), 231-257.

Otta, E. (1995). *O sorriso e seus significados*. São Paulo, SP: Vozes.

Palmieri, M., & Branco, A. (2004). Cooperação, Competição e Individualismo em uma Perspectiva Sócio-cultural Construtivista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17 (2), 189-198,

Pedrosa, M. I. (1996). A emergência de significados entre crianças nos anos iniciais de vida. In M. I.

Pedrosa, M. I., & Carvalho, A. M. (1995). A interação social e a construção da brincadeira. *Cadernos de Pesquisa*, (93), 60-65.

Plutchik, R. (1990). Evolutionary bases of empathy. In N. Eisenberg & J. Strayer (Eds.), *Empathy and its development*. New York: Cambridge University Press.

Radke-Yarrow, M. & Zahn-Waxler, C. (1991). The role of familial factors in the development of prosocial behavior: Research findings and questions. Em D. Olweus, J. Block & M Radke-Yarrow (Orgs.), *Development of antisocial and prosocial behavior* (207-233). New York, NY: Academic Press.

Rommetveit, R. (1998). Intersubjective attunement and linguistically mediated meaning in discourse. In S. Bråten (Ed.), *Intersubjective communication and emotion in early ontogeny* (372-382). Cambridge: Cambridge University Press.

Staub, E. (1989). Individual and societal (group) values in a motivational perspective and their role in benevolence and harming. Em N. Eisenberg, J. Reykowski & E. Staub (Orgs.), *Social and moral values* (45-57). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

Staub, E. (1991). A conception of the determinants and development of altruism and aggression: Motives, the self, and the environment. Em C. Zahan-Waxler, E. M. Cummings & R. Iannotti (Orgs.), *Altruism and aggression: Biological and social origins* (135-164). Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Tomasello, M. (2003). *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes.

Trevarthen, C. (1984). Emotions in infancy: Regulations of contact and relationships with persons. In K. R. Scherer & P. Ekman (Eds.), *Approaches to emotion*. New Jersey: LEA.

Waal, F. (2008). Putting the Altruism Back into Altruism: The Evolution of Empathy. *Annual Review of Psychology*, 59, 279-300.

Wallon, H. (1971b). Sincretismo diferenciado: II. A simpatia. In H. Wallon, *As origens do caráter na criança: os prelúdios do sentimento de personalidade* (pp. 224-238). São Paulo: Difusão Européia do Livro. (Trabalho original publicado em 1934)

Wallon, H. (1986). O papel do outro na consciência do eu. In M. J. G. Werebe & J. Nadel-Brulfert (Orgs.), *Henri Wallon* (Cap. 13, pp. 168-167). São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 52).

Werebe, M. J. G., & Nadel-Brulfert, J. (1986). Proposições para uma leitura de Wallon: em que aspectos sua obra permanece atual e original? In M. J. G. Werebe & J. Nadel-Brulfert (Orgs.), *Henri Wallon* (pp. 7-36, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 52). São Paulo: Ática.

Zazzo, R. (1978). Do corpo à alma: as respostas de Wallon e de Freud. In H. Wallon, *Psicologia e marxismo* (Cap. 2, pp. 35-54). Lisboa: Editorial Vega.